

ANÁLISE CRÍTICA DAS INTERVENÇÕES ESTATAIS NA EDUCAÇÃO DURANTE A PANDEMIA À LUZ DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA



<https://doi.org/10.22533/at.ed.1321425220413>

Data de aceite: 13/05/2025

Paulo Kleber Dias Bezerra

Mestrando em Educação – Universidadde la Empresa UY. Professor titular de cargo em História e Sociologia na SEDUC-SP.
<https://orcid.org/0000-0002-8623-5718>.

RESUMO: Esta pesquisa visa analisar o analfabetismo digital e as desigualdades no acesso à educação remota durante a pandemia de COVID-19, com foco nas intervenções estatais no Estado de São Paulo. A Análise Crítica do Discurso e uma abordagem materialista, a pesquisa propõe uma reflexão sobre os impactos das políticas públicas emergenciais na educação básica. A partir dessa perspectiva, busca-se compreender como as políticas educacionais implementadas no contexto pandêmico, apesar de seu intento de universalizar o acesso às tecnologias, contribuíram para a ampliação das desigualdades educacionais, especialmente entre estudantes de classes sociais mais vulneráveis. A falta de infraestrutura adequada e a ausência de formação para o uso das ferramentas digitais se evidenciam como fatores determinantes nesse cenário. A pesquisa se insere na Linha Política,

Gestão e Qualidade na Educação da Universidad de la Empresa, a Pedagogia Histórico-Crítica como referencial teórico para a análise das contradições do sistema educacional brasileiro. A Análise Crítica do Discurso é aplicada para investigar como as narrativas e discursos oficiais, sobre o ensino remoto e a inclusão digital, contribuem para a reprodução das desigualdades educacionais, configurando um modelo de educação que não atende adequadamente as necessidades dos estudantes em situação de vulnerabilidade. **PALAVRAS-CHAVE:** Analfabetismo digital, desigualdades educacionais, educação remota, pandemia, Análise Crítica do Discurso, Pedagogia Histórico-Crítica, políticas públicas.

ACRITICAL ANALYSIS OF STATE INTERVENTIONS IN EDUCATION DURING THE PANDEMIC IN THE LIGHT OF HISTORICAL-CRITICAL PEDAGOGY

ABSTRACT: The study aims to analyze digital illiteracy and inequalities in access to remote education during the COVID-19 pandemic, focusing on state interventions in São Paulo. Using Critical Discourse Analysis and a materialist approach, the research offers a reflection on the impacts of emergency public policies on basic education. From this perspective, the study seeks to understand how the educational policies implemented during the pandemic, despite their intention to universalize access to technologies, contributed to deepening educational inequalities, especially among students from more vulnerable social classes. The lack of adequate infrastructure and the absence of training for the use of digital tools emerge as key factors in this scenario. The research is linked to the Political, Management, and Quality in Education line at Universidad de la Empresa, using Historical-Critical Pedagogy as a theoretical framework to analyze the contradictions of the Brazilian educational system. Critical Discourse Analysis is employed to investigate how official narratives and discourses on remote education and digital inclusion contribute to the reproduction of educational inequalities, shaping an educational model that does not adequately meet the needs of students in vulnerable situations.

KEYWORDS: Digital illiteracy, educational inequalities, remote education, pandemic, Critical Discourse Analysis, Historical-Critical Pedagogy, public policies.

ANÁLISIS CRÍTICO DE LAS INTERVENCIONES ESTATALES EN LA EDUCACIÓN DURANTE LA PANDEMIA A LA LUZ DE LA PEDAGOGÍA HISTÓRICO-CRÍTICA

RESUMEN: Esta investigación tiene como objetivo analizar el analfabetismo digital y las desigualdades en el acceso a la educación remota durante la pandemia de COVID-19, con énfasis en las intervenciones estatales en el Estado de São Paulo. El Análisis Crítico del Discurso y un enfoque materialista, la investigación propone una reflexión sobre los impactos de las políticas públicas emergentes en la educación básica. Desde esta perspectiva, se busca comprender cómo las políticas educativas implementadas en el contexto pandémico, a pesar de su intento de universalizar el acceso a las tecnologías, contribuyeron a la profundización de las desigualdades educativas, especialmente entre los estudiantes de clases sociales más vulnerables. La falta de infraestructura adecuada y la ausencia de formación para el uso de las herramientas digitales se evidencian como factores determinantes en este escenario. La investigación se inscribe en la línea de Política, Gestión y Calidad en la Educación de la Universidad de la Empresa, la Pedagogía Histórico-Crítica como marco teórico para analizar las contradicciones del sistema educativo brasileño. El Análisis Crítico del Discurso se aplica para investigar cómo las narrativas y discursos oficiales sobre la educación remota y la inclusión digital contribuyen a la reproducción de las desigualdades educativas, configurando un modelo educativo que no satisface adecuadamente las necesidades de los estudiantes en situación de vulnerabilidad.

PALABRAS CLAVE: Analfabetismo digital, desigualdades educativas, educación remota, pandemia, Análisis Crítico del Discurso, Pedagogía Histórico-Crítica, políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19, declarada em 2020, desencadeou um processo abrupto de reorganização das práticas sociais em todo o mundo, afetando de forma contundente os sistemas educacionais. No Brasil, a suspensão das atividades presenciais obrigou gestores, docentes e estudantes a migrarem para formatos emergenciais de ensino remoto, estabelecidos como alternativas para garantir a continuidade do processo de escolarização. No entanto, essa transição revelou e aprofundou desigualdades educacionais presentes, em relação ao acesso às tecnologias digitais e às condições materiais de estudo.

No Estado de São Paulo, políticas públicas implementadas pela Secretaria da Educação apostaram na intensificação da digitalização do ensino, com a criação de plataformas virtuais, distribuição de equipamentos e transmissão de conteúdos por meios televisivos. Apesar da aparência democrática dessas medidas, a ausência de um diagnóstico preciso das realidades locais e a falta de infraestrutura adequada para significativa parcela da população comprometeram seus efeitos. Nesse contexto, o analfabetismo digital, entendido como a dificuldade ou impossibilidade de utilizar as tecnologias da informação, surgiu como um dos principais obstáculos à efetividade do ensino remoto, reforçou a exclusão de estudantes oriundos das camadas populares.

Sob a perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, desenvolvida por Demeval Saviani e outros pensadores marxistas, a educação deve ser concebida como prática social voltada à formação omnilateral do ser humano, a apropriação crítica dos conhecimentos produzidos. A imposição de uma lógica tecnicista, desvinculada das mediações pedagógicas necessárias, compromete o papel humanizador da escola e submete o processo educativo a exigências mercadológicas. Ao reduzir a educação a um conjunto de habilidades operacionais, esse modelo desconsidera as dimensões históricas, sociais e culturais do conhecimento, favorecendo um ensino instrumental e excludente.

Concomitante, os discursos produzidos por autoridades educacionais e meios de comunicação, ao exaltarem a digitalização como solução universal, ocultaram as limitações materiais e simbólicas enfrentadas por docentes e discentes. A Análise Crítica do Discurso, conforme desenvolvida por Teun A. van Dijk, permite compreender como tais discursos operam na legitimação das desigualdades sociais, naturalizando ausências estruturais como se fossem desvios individuais ou falhas pontuais de gestão. Assim, as intervenções estatais, embora revestidas de uma retórica de modernização e inclusão, contribuíram para reforçar um modelo de educação que perpetua as desigualdades históricas.

Este estudo, ancorado em uma abordagem materialista e orientado por pesquisa bibliográfica, tem como objetivo analisar as políticas educacionais emergenciais implementadas pelo Estado de São Paulo durante o período pandêmico, seus efeitos sobre o direito à educação básica, a partir das categorias analíticas da Pedagogia Histórico-Crítica e da Análise Crítica do Discurso. Busca-se demonstrar que a ausência de condições

materiais concretas, associada à precarização do trabalho docente e à fragilidade das estratégias de formação digital, comprometeu a função social da escola pública, intensificando os mecanismos de exclusão escolar. Nesse cenário, torna-se necessário problematizar os limites da digitalização imposta e refletir sobre os caminhos possíveis para uma educação emancipadora, comprometida com a superação das desigualdades sociais e com a construção de uma sociedade mais justa.

EDUCAÇÃO REMOTA E REFORÇO DAS DESIGUALDADES: ANÁLISE CRÍTICA DAS POLÍTICAS EMERGENCIAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

A pandemia da COVID-19 instaurou uma crise global que afetou as estruturas sociais, econômicas e educacionais. No Brasil, especialmente no Estado de São Paulo, as respostas emergenciais à paralisação das aulas presenciais adotaram o ensino remoto como alternativa central. Contudo, ao invés de promover a universalização do direito à educação, essas medidas revelaram e ampliaram desigualdades históricas, conforme indicam Souza, Costa e Lima (2020), ao exporem a precariedade estrutural da educação pública diante das exigências tecnológicas do novo modelo.

As ações do governo paulista, operacionalizadas por meio da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP), concentraram-se na implementação do Centro de Mídias de São Paulo (CMSP), regulamentado pelas Resoluções SE nº 36/2020 e nº 61/2020. Esse sistema visava fornecer conteúdos audiovisuais e interativos para estudantes da rede pública. Como medida compensatória, distribuiu-se material impresso aos que não possuíam acesso digital (SÃO PAULO, 2020a; 2020b). A retórica oficial sustentava um discurso de inclusão e continuidade pedagógica, mas as condições materiais concretas dos estudantes desmentiram essa narrativa.

Van Dijk (2017) alerta que os discursos institucionais exercem poder ao naturalizar desigualdades, transformando-as em aspectos inevitáveis. A campanha governamental exaltou a inovação tecnológica, mas ocultou as profundas desigualdades de acesso. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) revelam que, em 2020, cerca de 4,3 milhões de estudantes brasileiros entre 9 e 17 anos não dispunham de acesso à internet em casa. No Estado de São Paulo, apesar de indicadores médios mais elevados, regiões periféricas e áreas rurais permaneceram em condição crítica. Além disso, 38% dos domicílios brasileiros ainda não contavam com computador ou tablet, dificultando sobremaneira a aprendizagem remota (CETIC.br, 2021).

A exclusão digital, portanto, não se limitou à ausência de conexão. Envolveu também o analfabetismo digital — a incapacidade de utilizar de forma crítica e funcional as tecnologias de informação —, fator que agravou ainda mais as desigualdades educacionais. Estudo da União Internacional de Telecomunicações (ITU, 2023) apontou que mais de 2,6 bilhões de pessoas no mundo continuam desconectadas da internet, sobretudo nos países periféricos. No Brasil, mesmo entre os que acessam a rede, a limitação de habilidades digitais compromete a eficácia do processo de aprendizagem.

A Pedagogia Histórico-Crítica, conforme sistematizada por Saviani (2019), entende a educação como instrumento para a apropriação crítica do conhecimento produzido. Assim, o modelo de ensino remoto imposto, desprovido de mediação docente qualificada e de condições materiais adequadas, rompeu com a função formadora da escola. O fornecimento isolado de conteúdos, sem garantir recursos tecnológicos e apoio pedagógico, representou mais um mecanismo de exclusão do que de democratização.

Embora as diretrizes da SEDUC-SP reconhecessem a necessidade de acompanhamento individualizado, conforme os Guias de Boas Práticas Pedagógicas (SÃO PAULO, 2020c), a implementação prática dessas orientações mostrou-se frágil e insuficiente. Silva, Ferreira e Souza (2021) destacam que a ausência de políticas estruturantes resultou em sobrecarga para docentes e em abandono escolar para estudantes em maior vulnerabilidade.

A retórica meritocrática presente nos documentos oficiais da SEDUC-SP reforçou essa lógica excludente. Ao responsabilizar os estudantes e suas famílias pelo sucesso ou fracasso escolar, essas políticas desconsideraram o papel do Estado na promoção da equidade. Essa narrativa deslocou a responsabilidade dos resultados para os sujeitos mais fragilizados, ocultando as raízes estruturais da desigualdade educacional.

A imposição das avaliações remotas obrigatórias, em um contexto marcado por desigualdades profundas de acesso e preparo, resultou em mais um fator de exclusão. Saviani (2019) enfatiza que a mediação docente é insubstituível na prática pedagógica. Sem ela, a aprendizagem torna-se mecânica, superficial e alienante, como demonstrado pelo alto índice de evasão escolar registrado durante o período pandêmico.

Estudos apontam que, em 2021, mais de 244 mil crianças entre 6 e 14 anos estavam fora da escola no Brasil, número que representa um retrocesso de quase duas décadas (UNICEF, 2021). Em São Paulo, as perdas de aprendizagem foram maiores nas redes que não conseguiram assegurar conectividade e equipamentos mínimos. A exclusão digital, agravada pelo analfabetismo digital, comprometeu de forma estrutural o direito à educação.

Ao analisarmos o discurso governamental e as ações adotadas durante a pandemia, à luz da Análise Crítica do Discurso e da Pedagogia Histórico-Crítica, observa-se que o ensino remoto foi tratado como uma solução técnica para um problema estrutural. Essa abordagem reduziu a educação a uma atividade de transmissão de conteúdo, esvaziando seu sentido formativo e humanizador. A linguagem oficial, ao enfatizar a inovação e a modernização, encobriu a reprodução de exclusões históricas e reforçou a seletividade do sistema educacional.

A pandemia escancarou, portanto, a necessidade de políticas públicas educacionais que não se limitem à aparência de funcionamento, mas que reconheçam as desigualdades estruturais e promovam a justiça social por meio de investimentos em infraestrutura, formação docente e democratização real do acesso às tecnologias. Como defende Saviani (2019), a educação deve constituir-se como um processo intencional e sistemático de formação unilateral do ser humano, e não como instrumento de manutenção das hierarquias sociais.

IMPACTOS DAS POLÍTICAS EMERGENCIAIS NA FORMAÇÃO ESCOLAR E NA DESIGUALDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA

A pandemia da COVID-19 impôs um novo cenário de urgência para a educação mundial, mas, no Brasil, especificamente no Estado de São Paulo, as políticas educacionais emergenciais não só revelaram as fragilidades do sistema educacional público como também intensificaram as desigualdades históricas que marcam o acesso à educação. As políticas de ensino remoto, lideradas pelo Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP), foram apresentadas como uma inovação que garantiria a continuidade do processo educativo. No entanto, uma análise crítica dessas medidas revela que, em vez de atenuar as desigualdades, elas aprofundaram as clivagens sociais, refletindo as falhas estruturais do sistema educacional paulista (Souza et al., 2020).

A Resolução SEDUC 44/2020, ao normatizar o ensino remoto no contexto pandêmico, não previu mecanismos que garantissem a equidade de acesso a todos os estudantes. Em vez de uma verdadeira democratização do ensino, as diretrizes da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP) se limitaram a um discurso de continuidade do ano letivo sem um plano robusto para suprir as carências materiais de milhares de estudantes, como a falta de acesso a equipamentos adequados e à internet de qualidade (Silva et al., 2021). O discurso governamental, ao veicular a ideia de que a educação estava sendo assegurada de forma igualitária, contribuiu para mascarar as desigualdades e ocultar a realidade dos estudantes mais vulneráveis, cuja exclusão digital foi amplificada pelo ensino remoto (Van DIJK (2017)).

A proposta de ensino remoto emergencial, tal como implantada, reforçou a visão meritocrática que permeia as políticas educacionais brasileiras, e transferiu para as famílias a responsabilidade pela superação das dificuldades educacionais. Essa abordagem desconsidera as desigualdades estruturais que caracterizam a educação pública e ignora a necessidade de um financiamento adequado e de condições materiais de aprendizagem para todos os estudantes. Para Libâneo (2013), a educação é, um direito social que exige, para sua efetivação, a presença de políticas públicas estruturantes que garantam condições de igualdade material e pedagógica, condições essas que foram ausentes na gestão da crise educacional durante a pandemia.

Nesse sentido, a análise de Saviani (2019) contribui de maneira significativa ao nos alertar sobre a importância da educação como prática social emancipadora, orientada pela Pedagogia Histórico-Crítica. Segundo Saviani, a educação escolar deve ser um processo de apropriação crítica dos conhecimentos acumulados pela humanidade, que só pode ser realizado em condições materiais adequadas. A imposição do ensino remoto, sem que houvesse uma infraestrutura mínima para seu funcionamento, negou esse direito aos estudantes da rede pública paulista. A educação, ao ser reduzida a um modelo de ensino remoto, sem mediação pedagógica eficaz, não conseguiu cumprir sua função social de

transformação e emancipação dos indivíduos, como propõe a Pedagogia Histórico-Crítica. Em vez de promover a inclusão, o ensino remoto ampliou a exclusão educacional, um abismo ainda mais profundo entre as classes sociais.

Além disso, a crítica de Libâneo (2013) sobre a educação como espaço de reprodução social evidencia como a pedagogia adotada pelo Estado de São Paulo, ao não se preocupar com a redução das desigualdades estruturais, contribui para a manutenção de uma educação que, em vez de promover a autonomia crítica, atua como mecanismo de manutenção das hierarquias sociais. O sistema educacional, sob a égide da lógica meritocrática, não leva em consideração as condições de desigualdade material e social dos estudantes, mas, ao contrário, responsabiliza o aluno e sua família pelo sucesso ou fracasso escolar. A própria lógica do ensino remoto, ao ignorar as diferenças materiais de acesso, reforça o caráter seletivo da educação pública, uma educação que, ao invés de ser um mecanismo de inclusão social, se torna uma forma de reprodução da exclusão social.

As falhas das políticas educacionais emergenciais, como a falta de formação contínua e eficaz dos professores para o uso das tecnologias, também são destacadas por Silva et al. (2021), que evidenciam a precarização das práticas pedagógicas durante a pandemia. Embora a SEDUC-SP tenha adotado medidas normativas, como a Instrução Normativa CGEB/EFAPE nº 01/2020, que visava à formação dos professores para o uso do CMSp, essa formação foi superficial e não atingiu todos os educadores de maneira equânime. Saviani (2019) alerta para a importância de uma formação docente crítica e continuada, voltada para a mediação pedagógica eficaz e para o desenvolvimento da capacidade crítica dos alunos. A falta de condições para uma formação docente plena e adequada resultou em um ensino remoto precário, que não possibilitou aos estudantes a apropriação crítica dos conhecimentos.

Do ponto de vista da Pedagogia Histórico-Crítica, a formação integral do ser humano exige uma educação que possibilite o desenvolvimento de todas as dimensões do sujeito. A educação não deve se restringir a um processo mecânico de transmissão de conteúdo, mas deve, antes, fomentar a construção do conhecimento de forma ativa e reflexiva. A crise educacional vivida durante a pandemia, com a imposição do ensino remoto, fragilizou essas condições, oferecendo aos estudantes um ensino fragmentado e superficial, sem a interação e a mediação pedagógica que são essenciais para a formação crítica. A educação deve, portanto, ser vista como um processo de humanização, no qual os alunos são ativos na construção do conhecimento, e não passivos em um processo de mera transmissão.

O currículo implementado durante o ensino remoto também seguiu uma lógica redutora e excludente. A Resolução SEDUC 59/2020, que priorizou conteúdos considerados essenciais, resultou em uma educação empobrecida e limitada, contradizendo os princípios de uma educação omnilateral, que busca garantir a formação ampla e crítica dos alunos. Saviani (2019) critica a adoção de um currículo minimalista, que reduz a formação dos alunos a uma mera preparação técnica, sem levar em conta a importância da formação cultural

ampla e crítica para a construção da cidadania. A priorização de conteúdos essenciais, sem considerar a formação integral do aluno, contribuiu para a perpetuação das desigualdades educacionais, pois restringiu o acesso dos estudantes aos conhecimentos mais complexos e ricos.

A crítica à meritocracia, central na análise de Van Dijk (2017), também é pertinente neste contexto. A ênfase no desempenho individual dos alunos e a responsabilização pelas falhas educacionais oculta a origem estrutural das desigualdades, um discurso que legitima a exclusão. A lógica meritocrática, quando aplicada sem considerar as desigualdades materiais, ignora as condições desiguais de partida dos alunos e, ao invés de oferecer soluções, perpetua o ciclo de exclusão social.

Por fim, a experiência do ensino remoto emergencial em São Paulo sublinha a necessidade urgente de uma reestruturação profunda das políticas educacionais no Brasil, que reconheçam a educação como um direito social inalienável, acessível a todos, independente da classe social ou da localidade. A análise crítica, aliada à Pedagogia Histórico-Crítica, aponta que o enfrentamento das desigualdades educacionais requer uma transformação estrutural do sistema educacional, que vá além da implementação de tecnologias educacionais, e que considere as condições materiais e pedagógicas necessárias para uma educação de qualidade. Só assim será possível garantir que a educação cumpra sua função emancipadora perante os estudantes, independente de sua origem social, o pleno acesso aos conhecimentos necessários para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise crítica do ensino remoto emergencial no Estado de São Paulo evidencia que as políticas educacionais implementadas durante a pandemia da COVID-19, embora revestidas de um discurso de inovação e democratização, aprofundaram as desigualdades estruturais do sistema de ensino público. A criação do Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP) e a adoção de plataformas digitais, reguladas pelas diretrizes da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP), representaram uma resposta imediata à crise sanitária, mas desconsideraram as condições materiais reais dos estudantes e professores da rede pública (Souza et al., 2020). A implementação dessas políticas, sem um planejamento que garantisse igualdade de acesso a todos os estudantes, revelou uma falha crítica no desenho e execução das ações emergenciais.

Conforme argumenta Saviani (2019), a efetivação do direito à educação exige condições objetivas de acesso e permanência na escola, as quais foram comprometidas pelo ensino remoto. A educação, enquanto prática social que visa à emancipação humana, depende da concretização de condições materiais adequadas para que os estudantes possam se apropriar do conhecimento. No entanto, a ausência de políticas públicas

estruturantes que garantissem a inclusão digital e a mediação pedagógica qualificada contribuiu para a ampliação das desigualdades educacionais e sociais. A narrativa de continuidade das aulas, difundida pelo discurso oficial, ocultou as limitações materiais enfrentadas pelas comunidades escolares e produziu um cenário de aparente normalidade que, na prática, escamoteava a exclusão de milhares de estudantes (Van DIJK (2017)). Este fenômeno é um claro reflexo da naturalização das desigualdades, um processo bem descrito por Van Dijk (2017), em que a retórica governamental foi utilizada para perpetuar a imagem de um sistema educacional em funcionamento, enquanto sua exclusão social e estrutural se aprofundava.

As normativas estaduais, como a Resolução SEDUC 44/2020 e a Instrução Normativa CGEB/EFAPE nº 01/2020, demonstraram-se insuficientes para assegurar a equidade educacional, uma vez que negligenciaram as especificidades locais e as profundas desigualdades socioeconômicas entre os estudantes (Silva et al., 2021). A imposição de atividades remotas sem o devido suporte material e pedagógico transferiu às famílias a responsabilidade pelo acompanhamento do processo educativo, o que configura um retrocesso no princípio da educação como responsabilidade do Estado, conforme preconizado pela Constituição Federal de 1988. Este movimento é sintomático da lógica meritocrática que, como observam Libâneo (2013) e Saviani (2019), responsabiliza o indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso educacional, mas obscurece as condições desiguais que, na realidade, definem o destino educacional dos estudantes.

Além disso, a análise das políticas emergenciais revelou uma tendência de culpabilização individual dos estudantes pelo seu desempenho acadêmico, ao desconsiderar as condições de acesso ao ensino remoto. Tal estratégia discursiva, como aponta Van Dijk (2017), serve para legitimar estruturas de poder e perpetuar a exclusão social. O discurso oficial, ao deslocar a responsabilidade para os estudantes e suas famílias, mascarou as falhas estruturais do sistema educacional e reforçou a lógica da exclusão. Nesse sentido, o ensino remoto, tal como implementado, não apenas comprometeu a formação escolar, mas também reforçou os mecanismos de reprodução das desigualdades e contraria os princípios de justiça social e de democratização do ensino (UNESCO (2020)). A educação, ao ser abordada como um bem individual, perdeu a sua função social, -se uma ferramenta de reprodução das disparidades históricas.

Do ponto de vista curricular, a priorização de conteúdos essenciais, orientada pela Resolução SEDUC 59/2020, reduziu a diversidade das aprendizagens e limitou o desenvolvimento de competências complexas, as quais restringem ainda mais as possibilidades de formação integral dos estudantes (SAVIANI (2019)). O currículo, como proposição de um campo de conhecimento amplo e integrado, não pode ser reduzido à mera transmissão de conteúdos básicos. A ênfase na continuidade formal das atividades, dissociada da qualidade e da efetividade do ensino, comprometeu a função social da escola pública e acentuou a fragmentação do conhecimento. Libâneo (2013) destaca que a escola deve ser vista como um espaço de apropriação crítica e plural dos saberes, e não como um reproduutor das desigualdades existentes na sociedade.

Dante desse cenário, torna-se imprescindível a formulação de políticas públicas que, de fato, reconheçam as condições concretas da população escolar e promovam ações estruturantes para a superação das desigualdades. A educação precisa ser tratada como um direito social universal e não como uma resposta a crises passageiras. Conforme destaca Saviani (2019), a educação, enquanto prática social emancipadora, deve ser orientada por princípios de igualdade substantiva e de justiça social. Para isso, é fundamental que as políticas educacionais sejam concebidas não apenas como respostas imediatas a crises conjunturais, mas como parte de um projeto histórico de democratização e transformação social.

A experiência do ensino remoto emergencial em São Paulo revela que a inovação tecnológica, quando não acompanhada de investimentos em infraestrutura, formação docente e suporte às famílias, tende a reproduzir e intensificar as desigualdades já existentes. A superação desse quadro demanda a construção de políticas educacionais baseadas em diagnósticos rigorosos da realidade, na escuta ativa das comunidades escolares e no compromisso efetivo com a formação omnilateral dos estudantes (Souza et al., 2020; Silva et al., 2021). Como observa Libâneo (2013), a verdadeira educação transformadora exige não apenas a distribuição de conteúdos, mas também a construção de relações pedagógicas que promovam a emancipação dos sujeitos envolvidos.

Assim, conclui-se que o enfrentamento das desigualdades educacionais exige a superação da lógica meritocrática e a afirmação da educação pública como um direito social inalienável. Essa tarefa implica reconhecer que a crise educacional revelada pela pandemia não é um fenômeno conjuntural, mas estrutural, e que sua superação requer a construção coletiva de um novo projeto educativo, ancorado na justiça social, na equidade e na emancipação humana (SAVIANI (2019); Van DIJK (2017)). O sistema educacional brasileiro, e especialmente o paulista, precisa ser repensado à luz de uma educação que, em sua essência, seja transformadora e emancipadora, capaz de atuar de forma efetiva na superação das desigualdades que marcam nossa sociedade.

REFERENCIAIS

ARAUJO, V. C. de; ROCHA, F. R.; CAMPOS, R. M. de. Digital inequality and remote education: analyzing broadband access and educational performance in Brazilian municipalities. arXiv preprint arXiv:2406.01113, 2024. Disponível em: . Acesso em: 29 abr. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado FEDERAL (1988).

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Programa Acessa SP. São Paulo: Governo do Estado de São PAULO (2023). Disponível em: . Acesso em: 29 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) – Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: . Acesso em: 29 abr. 2025.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION (ITU). Measuring digital development: Facts and Figures 2023. Geneva: ITU, 2023. Disponível em: [. Acesso em: 29 abr. 2025.](http://www.itu.int)

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Resolução SEDUC nº 44, de 20 de maio de 2020. Dispõe sobre a organização das atividades escolares não presenciais no contexto da pandemia da COVID-19. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, São Paulo, 21 maio 2020.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Instrução Normativa CGEB/EFAPE nº 01, de 26 de março de 2020. Dispõe sobre orientações para o desenvolvimento de atividades escolares não presenciais no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, São Paulo, 27 mar. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Resolução SEDUC nº 59, de 30 de julho de 2020. Dispõe sobre a definição de habilidades essenciais para o ano letivo de 2020 em função da pandemia da COVID-19. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, São Paulo, 31 jul. 2020.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 6. ed. Campinas: Autores ASSOCIADOS (2019).

SILVA, Maria José da; FERREIRA, Antonio Carlos; SOUZA, Cláudia Regina. Educação pública e ensino remoto: desafios e contradições em tempos de pandemia. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 37, n. 2, p. 541-563, 2021.

SOUZA, Jessé; COSTA, Ricardo; LIMA, Amanda. Educação remota e exclusão escolar: um olhar crítico sobre o ensino remoto emergencial. *Educação & Sociedade*, v. 41, e022466, 2020.

UNESCO. Educação em tempo de pandemia de COVID-19: desafios e oportunidades. Paris: UNESCO, 2020.

VAN DIJK, Teun A. Discurso e poder. 2. ed. São Paulo: CONTEXTO (2017).